



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS
CONHECIMENTOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

Assinatura

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 85 (oitenta e cinco) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



[...]

Disponível em: https://www.instagram.com/p/DscjibaDuvl/?img_index=2&igsh=bTFqNW9ra2Z2NWox.

Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

01 O principal propósito do texto, relativo a uma postagem feita em uma rede social, é

- (A) convencer o leitor a aderir a uma campanha publicitária, buscando sua sensibilização com relação a um problema social.
- (B) alertar a população acerca de um aumento de 40% no IPTU, o qual incidirá apenas sobre imóveis de maior valor, protegendo quem tem imóveis de menor valor.
- (C) dissipar dúvidas relativas ao IPTU 2026/2027 em Belém.
- (D) descrever detalhadamente e tecnicamente as principais mudanças advindas com a medida aprovada, relativa ao IPTU em Belém.
- (E) convocar a população de Belém para ampla participação em campanha de isenção de IPTU, no final do ano de 2025.

02 Sobre o emprego do verbo “haver” na oração “Não há aumento geral de IPTU”, é correto afirmar que este verbo equivale a

- (A) “ter” e, por indicar tempo transcorrido, deve permanecer no singular.
- (B) “existir” e, por ser impessoal, deve permanecer no singular.
- (C) “ter” e segue a regra geral, segundo a qual o verbo deve estabelecer concordância com o sujeito.
- (D) “acontecer” e, por ser impessoal, deve concordar com o sujeito no singular ou no plural.
- (E) “existir” e, por indicar um evento decorrido, deve concordar com o sujeito no singular ou no plural.

03 Em “Com a atualização do cadastro, a meta é alcançar até 70% de imóveis isentos”, o uso de vírgula se justifica por

- (A) destacar elementos de uma enumeração.
- (B) apresentar uma oração coordenada.
- (C) delimitar uma oração intercalada.
- (D) separar o sujeito do predicado.
- (E) demarcar um adjunto adverbial deslocado.

04 A alternativa em que constam apenas palavras paroxítonas corretamente grafadas é

- (A) macroeconomia; ambíguo; alimento; gratuito.
- (B) acadêmico; Amazônia; diáspora; prisma.
- (C) vínculo; pedagógico; diáspora; acadêmico.
- (D) papéis; iniciar; crucial; igarapé.
- (E) além; próximo; contínuo; sólido.

05 Sobre a sentença “Ele fez um empréstimo consignado pelo aplicativo do banco”, é correto afirmar que se encontra na voz

- (A) ativa, uma vez que o verbo é transitivo direto e indireto, solicitando como complementos os constituintes “um empréstimo consignado” e “pelo aplicativo do banco”.
- (B) passiva analítica, tendo como agente da passiva o constituinte “pelo aplicativo do banco”.
- (C) ativa, uma vez que é composta por verbo ativo, seu sujeito é o agente e seu objeto o paciente.
- (D) passiva analítica, já que se observa a concordância do sujeito paciente com o verbo transitivo direto e indireto.
- (E) passiva sintética, tendo como agente da passiva o constituinte “pelo aplicativo do banco”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Banco Central lança Agenda de Pesquisa para o ciclo 2026–2029

Duas áreas estratégicas orientam a Agenda: Macroeconomia e Finanças, e Sistema Financeiro Nacional. A Agenda 2026–2029 incentiva a colaboração externa, fomentando projetos e compartilhamento de conhecimento. A nova Agenda dá continuidade ao ciclo 2021–2024, quando o BC consolidou sua estrutura de pesquisa e obteve resultados relevantes.

Publicado 26/12/2025 às 18:50. Atualizado 29/12 às 08:33

O Banco Central (BC) apresentou a Agenda de Pesquisa 2026–2029, documento que estabelece os temas prioritários e estratégicos que orientarão a produção científica da Instituição nos próximos quatro anos. A iniciativa reafirma o compromisso do BC com a excelência técnica, a inovação metodológica e a transparência, consolidando a pesquisa como instrumento essencial para a formulação e o aprimoramento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

[...]

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20987/noticia>. Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

06 Conforme as informações apresentadas no texto, é correto afirmar que

- (A) as duas áreas que orientam a Agenda, Macroeconomia e Finanças, fomentam a elaboração de projetos e o compartilhamento de conhecimento.
- (B) a Agenda anunciada na notícia oferece um retrospecto financeiro referente ao período compreendido entre 2021-2024.
- (C) o Banco Central (BC), na Agenda de Pesquisa 2026-2029, divulga os resultados de sua produção científica, descrevendo a inovação metodológica empregada na instituição.
- (D) a Agenda 2026-2029 do Banco Central (BC) representa uma continuidade, com relação ao ciclo anterior, e se orienta por duas áreas estratégicas.
- (E) a nova Agenda 2026-2029 consolidará a estrutura de pesquisa do Banco Central (BC), iniciada no ciclo 2021-2024.

07 No trecho “O Banco Central (BC) apresentou a Agenda de Pesquisa 2026-2029, documento que estabelece os temas prioritários e estratégicos que orientarão a produção científica da instituição nos próximos quatro anos”, o elemento sublinhado é classificado como

- (A) pronome pessoal, o qual concorda com o adjetivo masculino singular “documento”.
- (B) pronome relativo, fazendo referência ao substantivo “documento”.
- (C) pronome oblíquo, ocorrendo em posição de próclise, em relação ao verbo “estabelece”.
- (D) pronome indefinido, conferindo um caráter generalizador ao termo “documento”.
- (E) pronome demonstrativo, direcionado ao termo “documento”.

08 No título “Banco Central lança Agenda de Pesquisa para o ciclo 2026-2029”, o verbo é empregado no tempo

- (A) presente do modo subjuntivo, remetendo a um evento que ocorre concomitantemente ao momento em que é proferido.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo, remetendo a um evento que está prestes a ocorrer.
- (C) futuro do pretérito do modo subjuntivo, referindo-se a um evento que já ocorreu.
- (D) pretérito perfeito do modo indicativo, uma vez que a notícia reporta um evento já ocorrido.
- (E) presente do modo indicativo, muito embora a notícia reporte um evento já ocorrido.

09 A alternativa em que ocorre uma sentença corretamente redigida na voz passiva sintética é

- (A) Precisa-se de organização para a implementação das ações previstas.
- (B) Vende-se açaí e farinha de tapioca.
- (C) Os funcionários avistaram-se rapidamente.
- (D) Consertam-se impressoras.
- (E) Necessitam-se de embaladores e entregadores no restaurante.

10 Dadas as sentenças abaixo:

- I. Mais detalhamento implica mais tempo de preparo.
- II. Ele esqueceu da identidade e perdeu a prova.
- III. Esse colega de trabalho não obedece as regras da empresa.

Quanto à regência verbal, está(estão) corretamente redigida(s) a(s) sentença(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) III.
- (E) II e III.

Receita Federal e Comitê Gestor do IBS definem período sem penalidades e mecanismo de adaptação gradual às novas regras da Reforma Tributária

Ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prevê período de adaptação para os contribuintes e garante previsibilidade e segurança jurídica para o início da Reforma Tributária do consumo.

Publicado em 23/12/2025 09h39. Atualizado em 23/12/2025 11h43

[...]

Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/receita-federal-e-comite-gestor-do-ibs-definem-regras-de-obrigacoes-acessorias-da-reforma-tributaria-para-inicio-de-2026>.

Acesso em: 29 de dezembro de 2025.

11 A partir das informações contidas no título e subtítulo da notícia acerca da Reforma Tributária, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é um órgão da Receita Federal criado com a finalidade específica de deliberar acerca do novo imposto (IBS).
- II. O período de adaptação, referido no subtítulo, busca dar segurança jurídica e garantir previsibilidade para os contribuintes.
- III. No excerto da notícia apresentado, detalha-se o mecanismo de adaptação gradual que se aplica às novas regras da Reforma Tributária.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III.

12 No trecho “[...] mecanismo de adaptação gradual às novas regras da Reforma Tributária”, emprega-se corretamente a crase, assim como em

- (A) Quando não está chovendo, prefiro andar à pé.
- (B) As crianças assistiram à apresentação teatral muito empolgadas.
- (C) Nosso vizinho começou às reformas na casa semana passada.
- (D) Todos os meus amigos irão à Portugal nas próximas férias escolares.
- (E) Entregarão o documento à Vossa Excelência.

13 Sobre a concordância verbal em “Ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prevê período de adaptação para os contribuintes”, é correto afirmar que

- (A) o verbo “prevê” recebe acento diferencial para marcar o plural, concordando com o sujeito.
- (B) o sujeito, na terceira pessoa do singular, concorda com o verbo.
- (C) o verbo está incorretamente grafado, pois não deveria receber o acento circunflexo, já que deveria concordar com o sujeito.
- (D) o sujeito composto, formado pelos núcleos “Ato conjunto da Receita Federal” e “Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços”, concorda corretamente com o verbo no plural.
- (E) o verbo “prevê”, na terceira pessoa do plural, recebe facultativamente o acento circunflexo, ao concordar com o sujeito no plural.

14 A sentença em que a concordância nominal está corretamente estabelecida é

- (A) Chegaram bastantes prateleiras para os livros da biblioteca.
- (B) Os alunos mesmo é que enviaram os arquivos anexo.
- (C) Irritantes e longas parecia aquela fila das pessoas no estacionamento.
- (D) Parece que não havia atendentes suficiente no horário de pico das vendas.
- (E) Depois de um tempo, o resultado e o gabarito do exame foi divulgado.

15 Considere-se uma situação hipotética, segundo a qual uma notícia publicada viesse sob o seguinte título: “Novo jogador para o time paraense”. Sobre o emprego da palavra “para” na frase em questão, é correto afirmar que

(A) corresponde a um verbo conjugado na segunda pessoa do singular, o qual concorda com o sujeito “novo jogador”.

(B) é uma preposição indicativa de “finalidade” e, portanto, não se flexiona, tampouco estabelece concordância com o sujeito.

(C) diz respeito a uma forma verbal no infinitivo, podendo ser confundida com uma conjunção de mesma forma ortográfica.

(D) está incorretamente grafada, pois corresponde claramente a uma preposição e, por isso, deveria ser grafada como “pára”, a fim de se diferenciar do verbo “parar”, quando conjugado na terceira pessoa do singular.

(E) sua interpretação depende do contexto maior em que a frase for empregada (no caso, a notícia), pois pode ser interpretada tanto como preposição quanto como verbo.

D2 - MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

16 Um produto custa R\$10.000,00 e a loja está vendendo com pagamento em 3 (parcelas) iguais a P, com a primeira vencendo 2 (dois) meses após a compra. Sabendo-se que a taxa de juros compostos embutidos pela loja nas compras parceladas é de 5% a.m, o valor da parcela P será equivalente a

(A) $\frac{525 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-5}}$

(B) $\frac{525}{1 - 1,05^{-5}}$

(C) $\frac{500 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-5}}$

(D) $\frac{500 \cdot 1,05^2}{1 - 1,05^{-3}}$

(E) $\frac{525}{1 - 1,05^{-3}}$

17 Um investidor precisa resgatar R\$ 20.000,00 em 3 meses e R\$ 33.000,00 em 9 meses. Sabendo-se que o investimento oferece uma taxa de juros composto de 10% a.a com capitalização semestral, então o valor que o investidor precisará depositar hoje é igual a

(Considere: $(1,05)^{1,5} = 1,08$)

(A) R\$ 49.000,00.

(B) R\$ 50.000,00.

(C) R\$ 51.000,00.

(D) R\$ 52.000,00.

(E) R\$ 53.000,00.

RASCUNHO

18 Úrsula decide investir R\$ 90.000,00 por 20 (vinte) anos, em um fundo de previdência privada, que trabalha em regime de juros compostos, com taxa de 12% a.a, com capitalização mensal. Passados os 20 anos, o valor em reais, da renda que Úrsula receberá todos os meses pelo resto de sua vida, será igual a

- (A) $900 \cdot [(1,01)^{12} - 1]^{20}$
- (B) $900.000 \cdot 1,12^{20}$
- (C) $900.000 \cdot 1,01^{241}$
- (D) $900 \cdot 1,01^{240}$
- (E) $900.000 \cdot 0,12 \cdot 1,12^{20}$

19 Paulo aplicou R\$ 15.000,00 em duas partes. A primeira parte, X, foi empregada a juros simples de 15% a.a, e o restante foi aplicado a juros simples de 10% a.a. Após 6 meses, Paulo obteve juros, somados das duas partes, iguais a R\$ 950,00. Podemos, assim, afirmar que o valor de X é igual a

- (A) R\$ 6.000,00.
- (B) R\$ 6.500,00.
- (C) R\$ 7.000,00.
- (D) R\$ 7.500,00.
- (E) R\$ 8.000,00.

20 Um investidor decide aplicar um certo capital C_0 em um título de renda fixa. Ao final de um período de 6 meses, a aplicação gerou um lucro líquido de 20% sobre C_0 . O investidor, então, decide reinvestir o montante em outro título. Passados mais 12 meses, o investidor recebe o total de R\$ 17.280,00 deste último investimento. Sabendo-se que os dois títulos oferecem a mesma taxa de juros compostos, o valor do capital inicial C_0 é igual a

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 11.000,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 13.000,00.
- (E) R\$ 14.000,00.

21 Um investimento inicial gera, para os próximos 3 anos, expectativa de retornos anuais e consecutivos de R\$ 1.000,00, R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00, respectivamente. Para que a Taxa Interna de Retorno deste investimento seja igual a 25% a.a, o investimento inicial deve ser igual a

(Considere: $(1,6)^3 = 4,096$)

- (A) R\$ 4.128,00.
- (B) R\$ 4.624,00.
- (C) R\$ 5.120,00.
- (D) R\$ 5.600,00.
- (E) R\$ 5.952,00.

RASCUNHO

22 Para pagar uma dívida, seu José deseja descontar um título de crédito no valor de R\$ 12.500,00 a vencer em 120 dias. Sabendo-se que, para essa operação, o banco opera com regime de **desconto comercial simples** à taxa de 5% a.m, pode-se afirmar que a **taxa efetiva mensal** de juros composto que seu José está pagando na operação é de

- (A) 0,025
- (B) $\sqrt[4]{1,3} - 1$
- (C) 0,05
- (D) $\sqrt[4]{1,25} - 1$
- (E) 0,0625

23 Um cidadão resolveu abrir uma pequena empresa e, para isso, investiu um capital de R\$ 80.000,00. O cidadão deseja ter um retorno líquido de R\$ 200.000,00 após 6 anos. Considerando o sistema de **capitalização contínua**, a taxa nominal anual de juros para que o cidadão alcance sua meta equivale a

- (A) $e^{0,25} - 1$
- (B) 0,25
- (C) $\ln \sqrt[6]{2,5}$
- (D) $\sqrt[6]{2,5} - 1$
- (E) $\log \sqrt[6]{2,7}$

24 Pedro financiou a compra de um carro usado, no valor de R\$ 40.000,00, em 10 (dez) parcelas, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante, com taxa de 1,5% a.m. O valor da 3ª parcela será igual a

- (A) R\$ 4.600,00.
- (B) R\$ 4.540,00.
- (C) R\$ 4.480,00.
- (D) R\$ 4.420,00.
- (E) R\$ 4.360,00.

25 João aprovou um empréstimo de R\$ 200.000,00, com prazo de amortização de 5 anos pelo Sistema Francês de Amortização.

Período (anos)	Saldo Devedor (R\$)	Amortização (R\$)	Juros (R\$)	Prestação (R\$)
0	200.000,00			
1	167.240,50	32.759,50	20.000,00	52.759,50
2	?			
3				
4				
5				

Observando-se a tabela acima, é correto afirmar que o saldo devedor da dívida no 2º ano (?) é igual a

- (A) R\$ 109.254,05.
- (B) R\$ 118.240,05.
- (C) R\$ 121.566,05.
- (D) R\$ 131.205,05.
- (E) R\$ 141.721,05.

RASCUNHO

26 Estão sendo analisados 1.000 formulários de pedidos de compra registrados por contribuintes sujeitos à fiscalização estadual. Erros nesses formulários podem gerar inconsistências fiscais e comprometer a conformidade tributária. A administração tributária admite, como parâmetro de controle, que a proporção máxima aceitável de formulários com erros seja de 5%. Durante a auditoria, constatou-se que 7% dos formulários analisados apresentavam erros. Considerando-se esses dados,

(A) pode-se fazer um teste com aproximação pela distribuição normal e não rejeitar a hipótese, a um nível de significância de 1%, de que a proporção de formulários com erro seja, no máximo, de 5%, pois a diferença observada pode ser atribuída ao acaso.

(B) pode-se fazer um teste e rejeitar a hipótese de que a proporção de formulários com erro seja de, no máximo, 5%, indicando que o limite foi ultrapassado ao nível de significância de 1%.

(C) pode-se rejeitar a hipótese nula apenas se o nível de confiança adotado for de 95%, mas não ao nível de confiança de 99%.

(D) não é possível realizar o teste de hipóteses, pois o tamanho da amostra é insuficiente para a aproximação normal.

(E) conclui-se automaticamente que o limite foi ultrapassado, independentemente do nível de significância, pois a proporção observada (7%) excede a proporção máxima admissível (5%).

27 Em um procedimento de fiscalização trabalhista-tributária, uma empresa informa que, no departamento administrativo, a média salarial é de 2,5 salários mínimos e a mediana salarial é de 1,5 salários mínimos. Com base exclusivamente nessas informações e nos conceitos estatísticos aplicáveis, pode-se afirmar que

(A) as informações são inconsistentes, pois a média salarial deve ser sempre igual à mediana em distribuições salariais assimétricas.

(B) a distribuição salarial apresenta assimetria negativa, indicando concentração de salários elevados e poucos salários baixos.

(C) a média salarial invalida o uso da mediana como medida estatística, pois a presença de assimetria impede qualquer inferência sobre a estrutura salarial.

(D) as informações fornecidas permitem concluir que pelo menos 50% dos trabalhadores do departamento recebem salários superiores a 2,5 salários mínimos.

(E) a diferença entre média e mediana sugere uma distribuição assimétrica à direita, possivelmente influenciada por poucos salários muito elevados, sendo a mediana uma medida mais representativa da remuneração típica dos trabalhadores.

28 Em um município, 20% das empresas encontram-se em situação irregular. Uma ação de fiscalização possui sensibilidade de 95%, ou seja, identifica corretamente 95% das empresas irregulares. Por outro lado, 15% das empresas regularizadas são erroneamente classificadas como irregulares. Considerando essas informações, a probabilidade de uma empresa classificada como irregular pela fiscalização estar, de fato, em situação irregular é de, aproximadamente,

(A) 0,19.

(B) 0,61.

(C) 0,76.

(D) 0,95.

(E) 0,03.

29 A modernização da administração tributária tem incorporado, de forma crescente, técnicas estatísticas para melhorar as ações de fiscalização e a avaliação de políticas tributárias. Nesse contexto, considere as seguintes afirmativas:

I. A utilização de técnicas de amostragem em auditorias fiscais permite estimar valores sonogados no universo fiscalizado, desde que a seleção amostral seja não-probabilística;

II. Modelos de regressão aplicados à fiscalização tributária podem ser utilizados para estimar a probabilidade de inadimplência ou irregularidade fiscal, contribuindo para a priorização das ações de controle;

III. A identificação de outliers em bases de dados fiscais deve basear-se exclusivamente em medidas de tendência central, sendo inadequado o uso de medidas de dispersão, por aumentarem a subjetividade da análise.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) I e II.

(C) II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) II e III.

30 Durante uma auditoria fiscal baseada em análise de dados, foram examinadas 20 observações das variáveis X e Y, nas quais X representa uma variável econômica declarada pelo contribuinte e Y, um indicador fiscal associado. A partir da base de dados, obtiveram-se as seguintes somatórias: $\Sigma X = 4$, $\Sigma Y = 9$, $\Sigma X^2 = 42$, $\Sigma Y^2 = 80$ e $\Sigma XY = -20$. Com base nessas informações, na análise de correlação e regressão linear simples de Y em função de X, conclui-se que

- (A) o coeficiente de correlação linear é negativo e inferior a 0,50, indicando fraca associação linear.
- (B) a covariância entre X e Y é positiva, o que implica coeficiente de correlação positivo e reta de regressão crescente.
- (C) o coeficiente de correlação linear é positivo e elevado, indicando forte associação linear entre as variáveis, o que invalida o uso do modelo de regressão para fins fiscais.
- (D) o coeficiente de correlação linear é aproximadamente nulo, indicando ausência de relação estatística entre as variáveis, e o coeficiente angular da regressão é exatamente zero.
- (E) a estimativa do intervalo de confiança do parâmetro de regressão contém o zero, apesar do coeficiente de correlação linear ser negativo, em razão da influência do termo constante.

D3 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

31 A conceituação de governança pública, segundo Bresser Pereira (1998), expressa a capacidade administrativa e financeira de um governo para transformar em realidade suas políticas públicas. Com isso, a governança materializa a habilidade para criar as condições necessárias para a efetivação das ações do Estado. Sob essa perspectiva, o Banco Mundial desenvolveu um conjunto de indicadores que medem dimensões específicas da governança pública. Sobre tais indicadores considere os seguintes itens:

- I. expressão e responsabilização, medidas pela capacidade dos cidadãos em elegerem seus governantes, liberdade de expressão, de associação e de imprensa;
- II. estado de direito, medido pelo respeito e confiança às regras da sociedade e pelo poder de *enforcement* do Estado para moldar ações individuais e coletivas, seja no respeito a contratos, direitos à propriedade, polícia, tribunais, entre outros;
- III. inclusão social, expressa pela capacidade de grupos excluídos em constituir e manter empresas e outros mecanismos necessários à promoção da inclusão social e aproveitamento de oportunidades econômicas, com foco no desenvolvimento, seja por meio de redistribuição de renda ou acesso a políticas públicas;
- IV. qualidade do marco regulatório, expresso pela capacidade em formular e implementar políticas e regulamentos que promovam desenvolvimento econômico e social, medidos pela liberdade de investimentos, barreiras ao comércio, facilidade para abrir empresas, entre outros.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

32 Governabilidade expressa a capacidade de um governo de exercer seu poder e se constitui com base no apoio político e popular, obtido pelos governantes quando estes estabelecem relacionamentos com a sociedade civil organizada, partidos políticos e demais entidades de representação social. Com isso, uma estratégia utilizada pelos governantes para ampliar sua governabilidade é a adoção do clientelismo. O clientelismo é reconhecido por

- (A) tutelar e proteger os interesses de grupos hipossuficientes como forma de aproximar o governo da sociedade civil e com isso obter apoio para os planos e projetos governamentais.
- (B) trocar apoio pelo favorecimento de grupos específicos da sociedade, expresso na forma de benefícios públicos, nomeações para cargos, prestação privilegiada de serviços em detrimento do restante da sociedade, conquistando assim votos e sustentação política.
- (C) mediar interesses de grupos sociais com transparência e impessoalidade ao considerá-los como cidadãos e consumidores de serviços públicos, portanto, agentes proativos e clientes da administração pública.
- (D) defender interesses de grupos organizados que exercem pressão diretamente sob os governos e indiretamente por meio de representantes no Congresso para obter vantagens e atender a seus interesses específicos.
- (E) avaliar a qualidade dos serviços públicos adotando medidas de correção quando necessário visando a garantir padrões esperados de qualidade e satisfação da sociedade, seja por meio de serviços oferecidos diretamente pelo Estado ou acompanhados por meio das Agências Reguladoras, garantindo tratamento justo e igualitário para a população, reconhecida pelo estado como cliente dos serviços públicos.

33 A gestão pública empreendedora sintetiza um amplo conjunto de procedimentos de gestão com o objetivo de solucionar problemas sociais, modernizar a administração pública e superar as barreiras que limitam a satisfação da sociedade com os serviços públicos. Sobre as ações de modernização da administração pública, propostas pela gestão empreendedora, considere os seguintes itens:

- I. incentivo à competição, dentro e fora do governo, visando a melhorar a eficiência, aumentar a oferta e a qualidade dos serviços públicos;
- II. foco nos resultados ao deslocar a ênfase da administração pública de tarefas e procedimentos para a oferta de valor para a sociedade;
- III. centralização de autoridade como instrumento para controlar a administração pública, evitar fraudes e abusos, fiscalizar a prestação de serviços e padronizar processos internos;
- IV. redução da burocracia como forma de aumentar a agilidade, reduzir os gastos, estimular a inovação e o desempenho da administração pública.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

34 Políticas públicas expressam uma atividade fundamental para a Administração Pública e ocorrem quando os governos, atendendo a demandas da sociedade, decidem objetivos e meios para alcançá-los. Nessa perspectiva, políticas públicas podem ser compreendidas como ações deliberadas, que se expressam em leis, documentos, regulamentos e outros instrumentos normativos, voltados à promoção do interesse público. Considerando esses aspectos e a tipologia de Theodore Lowi (1972), analise as assertivas abaixo:

- I. Distributivas são aquelas que alocam recursos e benefícios públicos direcionados a grupos, setores ou regiões, geralmente com custos diluídos para o conjunto da sociedade, podendo originar conflitos quando muito concentradas em grupos específicos.
- II. Constitutivas são aquelas que impõem regras, restrições e padrões de comportamento com a finalidade de incentivar, regular ou cobrir comportamentos de indivíduos, organizações e mercados.
- III. Redistributivas são aquelas que promovem a realocação e a transferência de recursos para áreas ou grupos sociais que demandam assistência ou fortalecimento.
- IV. Regulatórias são aquelas que organizam a infraestrutura do Estado, definem estruturas, competências e regras para o exercício da atividade político-administrativa.

São verdadeiras as assertivas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

35 Ao observar a trajetória histórica da Administração Pública brasileira, evidencia-se um processo complexo, por vezes lento e caracterizado por fases de inflexão que se iniciaram com o modelo patrimonialista e culminaram com o modelo gerencial de administração pública. Ao considerar esse processo, observa-se que os novos modelos não necessariamente eliminaram por completo práticas já arraigadas nos modelos anteriores. Portanto, considerando a evolução da Administração Pública brasileira, é correto afirmar que os governos que iniciaram as mudanças do modelo patrimonialista para a burocracia e da burocracia para o gerencial, foram, respectivamente, os de

- (A) Itamar Franco e Dilma Roussef.
- (B) Deodoro da Fonseca e Michel Temer.
- (C) Castelo Branco e Luiz Inácio Lula da Silva.
- (D) Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso.
- (E) Jucelino Kubitschek e Jair Bolsonaro.

36 No âmbito da reorganização administrativa e fiscal ocorrida no Brasil colonial que precedeu as reformas administrativas do período da independência, um marco histórico foi a fundação da Casa da Moeda. Tal medida foi necessária para atender ao mercado de moedas de ouro e prata, padronizar o meio circulante e foi uma consequência da expansão da economia mineradora, da intensificação do comércio e indispensável para substituir a grande variedade de moedas estrangeiras que circulavam no Brasil. Considerando a cronologia do processo de reorganização política e administrativa do Brasil Colônia, que ocorreu entre 1500 e 1822, a fundação da Casa da Moeda data de

- (A) 1694.
- (B) 1702.
- (C) 1750.
- (D) 1808.
- (E) 1822.

37 O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1938, para reorganizar a administração pública brasileira. A criação do DASP foi considerada central para a implantação do modelo burocrático de administração pública no Brasil. O DASP perdurou na administração pública brasileira até ser extinto e substituído pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), o que ocorreu no governo do presidente

- (A) Humberto de Alencar Castelo Branco.
- (B) Juscelino Kubitschek de Oliveira.
- (C) José Sarney de Araújo Costa.
- (D) Ernesto Geisel.
- (E) Fernando Henrique Cardoso.

38 As mudanças do modelo gerencialista emergiram no final do século XX, inspiradas nos ajustes realizados no governo da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher, que implementou diversas medidas para aumentar a eficiência da administração pública e responder à crise fiscal. Medidas semelhantes foram utilizadas nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, sendo, posteriormente, adotadas, com ajustes, por diversos países, inclusive o Brasil. Considerando-se medidas que expressam corretamente os princípios, instrumentos e orientações do modelo gerencialista de administração pública, considere os seguintes itens:

- I. adoção de padrões e métricas de desempenho para órgãos e servidores, baseados em padrões mensuráveis e com ênfase na responsabilização;
- II. consolidação da estabilidade funcional e contratação de servidores por tempo indeterminado por meio de concursos públicos como instrumento para assegurar continuidade administrativa, combater a corrupção e atrair melhores servidores;
- III. flexibilização das estruturas organizacionais substituindo as estruturas hierarquizadas baseadas em estilos de gestão centralizados e rígidos pela flexibilização e horizontalização da gestão;
- IV. aumento da disciplina com as despesas públicas com cortes e racionalização dos gastos com a máquina administrativa.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

39 Nos termos do Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética, no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é considerado membro nato do Conselho de Ética Profissional o titular e/ou o representante do(s)/da

- (A) Secretário Executivo de Estado da Fazenda.
- (B) Corregedoria Fazendária da Secretaria Executiva do Estado da Fazenda.
- (C) Servidores da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.
- (D) Procuradoria Geral do Estado.
- (E) Ministério Público Estadual.

40 No âmbito do Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que instituiu o Código de Ética Profissional e criou o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, o capítulo I, artigo 1º, Item II, determina que “o servidor da Fazenda Estadual não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, à luz do art. 37, 4º da Constituição Federal”. A transcrição correta do **parágrafo 4º**, do art. 37 da Constituição Federal é a seguinte:

(A) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(B) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

(C) a lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

(D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(E) a norma de que o servidor público, titular de cargo efetivo, poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

D4 - DIREITO ADMINISTRATIVO, CIVIL E PENAL

41 O Estado do Pará contratou uma empresa para ficar responsável pela pavimentação de uma rodovia paraense. O prazo de execução do contrato era de 150 dias. Passados 200 dias do início do contrato, a empresa pavimentou apenas 4 km dos 60 km pactuados contratualmente, prejudicando drasticamente a economia de um município (caso hipotético). Diante disso, após devido processo administrativo, o Estado rescindiu o contrato e aplicou a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar. Nesta situação, o Estado do Pará fez exercício do Poder

(A) Hierárquico.

(B) Normativo.

(C) Regulamentar.

(D) de Polícia.

(E) Disciplinar.

42 A Lei nº 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, trata do direito de petição. Dentre as hipóteses previstas na lei sobre esse direito, está assegurado(a) ao servidor

(A) o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade, salvo se decorrente de abuso de poder, por exigir processo judicial próprio.

(B) a obtenção de comprovantes em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse público ou particular.

(C) a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse público.

(D) o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

(E) a obtenção de declarações em defesa de direitos e esclarecimento de situações, se de interesse privado ou público.

43 Em relação ao processo decisório das Agências Reguladoras, previsto na Lei nº 13.848/19, é correto dizer que

(A) é compulsório à agência reguladora adotar processo de delegação interna de decisão, sendo assegurado ao conselho diretor ou à diretoria colegiada o direito de reexame das decisões delegadas.

(B) as reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora serão privadas, contudo gravadas em meio eletrônico para posterior publicidade.

(C) a agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, sendo possível a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.

(D) a agência reguladora deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.

(E) o processo de decisão da agência reguladora referente à regulação será de decisão monocrática.

44 A Lei nº 14.133/2021 prevê prerrogativas contratuais em favor da Administração Pública. Dentre estas prerrogativas, está a possibilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato. Isso é possível, de acordo com a lei, no caso de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado,

- (A) desde que o contrato esteja extinto.
- (B) sendo imprescindível que se dê antes da extinção do contrato.
- (C) inclusive após extinção do contrato.
- (D) sendo imprescindível a declaração da caducidade contratual antes da ocupação.
- (E) sendo imprescindível a declaração da encampação contratual antes da ocupação do bem.

45 O princípio da eficiência é fundamental para concepção de administração gerencial e passou a ser previsto expressamente na Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 19/1998. Sobre o entendimento do STF acerca deste princípio, é correto afirmar que, para a corte,

(A) é constitucional, pois observa o princípio da eficiência e não afronta os princípios do direito adquirido e da irretroatividade, dispositivo de lei que impõe condição temporal às entidades que pretendam obter ou renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e determina sua incidência em relação a requerimentos protocolados anteriormente à edição da norma e ainda pendentes de julgamento.

(B) o princípio da eficiência não impõe que a Administração Pública utilize os meios necessários e adequados para atingimento dos objetivos pretendidos e impede que se estabeleçam mecanismos de controle para avaliação dos resultados obtidos.

(C) atos de constrição do patrimônio de estatal prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial, não viola os princípios da separação dos poderes da eficiência e da legalidade orçamentária e ao sistema constitucional de precatórios.

(D) mostra-se sempre adequado à isonomia e à eficiência administrativa a exclusão do cargo de Analista Previdenciário dentre os cargos transformados em Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

(E) é inconstitucional o percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para a remuneração do proprietário pela imissão provisória do ente público na posse do seu bem, na medida em que consiste em ponderação legislativa desproporcional entre o direito constitucional do proprietário à justa indenização e viola os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

46 Numa situação em que a administração pública precisa rever um ato administrativo negocial, como uma permissão para uso de bem público, em razão de fato superveniente decorrente de mudança legislativa que o torne incompatível com o ordenamento jurídico, este ato será extinto

(A) por caducidade do ato, que tem efeitos retroativos em regra que torna o ato ilegal desde a origem.

(B) por revogação do ato, já que nesta situação não há mais oportunidade e conveniência na sua manutenção, com efeitos retroativos, em regra.

(C) por caducidade, diante da ilegalidade superveniente, sem efeitos retroativos em regra.

(D) por anulação, diante ilegalidade originária, com efeitos retroativos em regra.

(E) por anulação, diante da ilegalidade superveniente, sem efeitos retroativos em regra.

47 Manoel é empregado da empresa Luz e Ação, concessionária de energia elétrica do Estado Beta. Depois de fazer reparos na fiação subterrânea em determinado bairro do Município Alfa, esquece de fechar a tampa do bueiro, o que ocasiona a queda de Tarcila no buraco em aberto. Esta é maquiadora que trabalha de forma autônoma e, em razão da lesão na perna, fica três meses sem poder trabalhar. Nesta situação, de acordo com a Constituição Federal, será responsável pelo dano causado a Tarcila

(A) Manoel, agente causador do dano e respondendo de forma objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo.

(B) o Estado Beta, respondendo de forma objetiva pelo dano, se comprovada a culpa de Manoel, com base na Teoria do Risco Administrativo.

(C) a concessionária Luz e Ação, que responde pelo dano de forma objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo.

(D) o Estado Beta e a empresa Luz e Ação, que respondem solidariamente de forma objetiva com base na Teoria do Risco Administrativo.

(E) o Município Alfa e o Estado Beta, que respondem solidariamente de forma objetiva com base na Teoria do Risco Administrativo.

48 Dentre os princípios constitucionais da Administração Pública, o princípio da publicidade ganha destaque como forma de garantir a transparência na atuação administrativa do Estado. Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos com o fim de garantir o acesso à informação e **NÃO** tem como princípio básico a/o

- (A) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (B) divulgação de informações de interesse público, a depender de solicitações.
- (C) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) desenvolvimento do controle social da administração pública.

49 Os direitos reais sobre coisa alheia são resultado da decomposição dos poderes inerentes ao detentor do direito de propriedade. É correto afirmar que

- (A) os frutos naturais pendentes no início do usufruto, assim como aqueles pendentes quando cessa o usufruto, pertencem ao dono do bem dado em usufruto.
- (B) tanto a servidão aparente como a servidão não aparente podem ser adquiridas por usucapião em 10 anos.
- (C) a promessa de compra e venda registrada em cartório confere o direito real de aquisição do imóvel quando não for pactuado o direito de arrependimento.
- (D) o imóvel pode ter o direito real de habitação concedido a mais de uma pessoa, ficando aquela que o habitar sozinha com a incumbência de pagar aluguel àquela que não exercer o direito de habitar no local.
- (E) o direito de construir ou plantar no terreno de outra pessoa pode ser concedido mediante escritura pública, mas não pode ser transferido pelo favorecido a outrem nem gratuita nem onerosamente.

50 O vigente Código Civil tutela duas espécies de transmissão das obrigações: a cessão de crédito e a assunção de dívidas. Nesse sentido,

- (A) tratando-se de crédito hipotecário, é direito do cessionário fazer averbar a cessão do crédito realizada no registro do imóvel hipotecado.
- (B) o devedor não pode opor as exceções que tinha contra o cedente, mesmo quando não notificado da cessão do crédito.
- (C) a assunção de dívida pode ocorrer sem consentimento do credor, que pode resultar do seu silêncio, inclusive.
- (D) com a assunção de dívida, todas as garantias dadas pelo devedor primitivo são extintas, permanecendo apenas as garantias oferecidas por terceiros.
- (E) uma vez celebrada por instrumento público, a cessão de crédito produz efeito contra terceiros e contra o devedor.

51 A validade do negócio jurídico exige agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. De modo que, as disposições gerais do negócio jurídico determinam o seguinte:

- (A) cointeressados capazes estão legitimados a invocar a capacidade relativa de uma das partes, mesmo que o objeto seja divisível.
- (B) mesmo que o objeto se torne possível após a celebração do negócio jurídico, sua impossibilidade inicial o torna inválido.
- (C) exige-se escritura pública como forma essencial à validade de negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre quaisquer bens imóveis.
- (D) negócios jurídicos são interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, sem que as partes possam pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- (E) admite-se o silêncio como manifestação de anuência sempre que não seja exigida a manifestação expressa do consentimento para a validade do negócio jurídico e quando as circunstâncias ou usos do caso autorizarem.

52 Para o jurista Pontes de Miranda, o universo jurídico é composto por fatos jurídicos que podem ser lícitos ou ilícitos, conforme sejam sociojuridicamente aprovados ou reprovados. Assim,

- (A) não é possível que o exercício de direitos enseje a prática de ato ilícito.
- (B) caracteriza ato ilícito a conduta humana comissiva ou omissiva voluntária, negligente ou imprudente, que viola direito e causa dano a outrem.
- (C) se o ato gera dano exclusivamente moral, não há que se falar em ato ilícito.
- (D) mesmo com o objetivo de remover perigo iminente, os danos produzidos dentro dos limites do indispensável caracterizam ato ilícito.
- (E) atos praticados em legítima defesa implicam ato ilícito quando violam direitos e causam danos a terceiros.

53 Disciplina a lei civil brasileira que todo dano produzido em decorrência de ato ilícito deve ser objeto de reparação, de modo que

- (A) empresários e empresas respondem sempre, independentemente de culpa, por seus produtos.
- (B) ainda que vários sejam os autores dos danos indenizáveis, a solidariedade pela reparação não poderá ser presumida.
- (C) mesmo com a incidência de força maior, os donos de animais ficam obrigados a reparar os danos por eles causados a terceiros.
- (D) o incapaz pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados, desde que as pessoas responsáveis por ele não tenham patrimônio para fazê-lo ou não tenham a obrigação de fazê-lo e desde que isso não comprometa a subsistência do incapaz e de seus dependentes.
- (E) danos produzidos por hóspedes a terceiros são de exclusiva responsabilidade dos próprios hóspedes.

54 Com base no Código Civil, sobre o direito empresarial, é correto afirmar o seguinte:

- (A) sobre preferências e privilégios creditórios tem privilégio geral sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação.
- (B) podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, sendo vedado expressamente pelo Código Civil o exercício de empresa pelo incapaz, independentemente de representante ou assistido.
- (C) considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária, inclusive o ponto. Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, o endereço informado para fins de registro é indicado pelo sócio administrador em decisão discricionária porque é representante da sociedade.
- (D) o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Entre os valores do ativo podem figurar, desde que se preceda, por trimestre, à sua amortização as despesas de instalação da sociedade, até o limite correspondente a cinquenta por cento do capital social.
- (E) goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas.

55 Sobre a legislação falimentar e recuperacional (Lei nº 11.101/2005) e a Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), pode-se afirmar que

- (A) a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.
- (B) o processo de recuperação judicial e o falimentar não admitem conciliação e mediação porque institutos exclusivos da jurisdição.
- (C) o administrador judicial será profissional idôneo, obrigatoriamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- (D) a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, sendo que a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, porém, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (E) a sociedade anônima pode adotar firma ou denominação, a depender do tipo de atividade, sendo acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", obrigatoriamente de forma expressa.

56 Conforme o Código Penal, no que se refere aos crimes contra a administração pública, a reparação do dano, quando realizada antes da sentença irrecorrível, tem como efeito jurídico

- (A) a extinção da punibilidade nos crimes de peculato doloso e culposos.
- (B) a redução de pena nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.
- (C) a extinção da punibilidade exclusivamente no crime de peculato culposos.
- (D) a exclusão do dolo nos crimes que admitem forma culposa.
- (E) a substituição obrigatória da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

57 Caracteriza-se, nos termos da legislação, o roubo impróprio quando o agente

- (A) subtrai coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça exercida antes da inversão da posse.
- (B) emprega violência ou grave ameaça para assegurar a impunidade do crime de furto, após a consumação e sem perseguição imediata.
- (C) emprega violência ou grave ameaça logo depois da subtração, para assegurar a detenção da coisa ou a impunidade do crime.
- (D) utiliza violência culposa para manter a posse da coisa subtraída, ainda que sem *animus furandi*.
- (E) pratica violência posterior à subtração, sem relação com a detenção da coisa ou com a fuga.

- 58** De acordo com a Lei nº 13.869/2019, constitui crime de abuso de autoridade constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência a
- (A) confessar a prática de infração penal, desde que inexistam outros meios de prova.
 - (B) produzir prova contra si ou contra terceiro, ainda que assistido por defensor.
 - (C) submeter-se a situação vexatória, ainda que autorizada em lei.
 - (D) confessar, depor ou produzir prova contra si ou contra terceiro.
 - (E) colaborar com a investigação criminal, quando houver fundada suspeita.

59 Segundo o Código Penal, é correto afirmar que

- (A) o agente que, por embriaguez completa decorrente de caso fortuito, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena.
- (B) a embriaguez voluntária ou culposa exclui a imputabilidade penal quando comprovada a incapacidade total de autodeterminação.
- (C) a menoridade penal afasta a tipicidade da conduta, ainda que o fato seja definido como crime.
- (D) a semi-imputabilidade conduz, obrigatoriamente, à substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.
- (E) a inimputabilidade penal decorre exclusivamente da existência de doença mental formalmente diagnosticada.

60 Nos termos do Código Penal, a lei penal excepcional ou temporária

- (A) aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que decorrido o período de duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- (B) não se aplica aos fatos praticados após o término de sua vigência, ainda que mais benéfica ao agente.
- (C) aplica-se somente aos fatos praticados após sua entrada em vigor, vedada qualquer forma de retroatividade ou ultratividade.
- (D) deixa de incidir automaticamente sobre os fatos praticados durante sua vigência quando revogada.
- (E) submete-se ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, nos mesmos termos da lei penal comum.

D5 - FLUÊNCIA EM DADOS

61 Por padrão, o indicador-chave de desempenho (KPI) utilizado para identificar quais produtos e serviços geram maior rendimento ao ponto de ajudar a pagar as contas e ainda gerar lucro para sua empresa é o

- (A) Faturamento.
- (B) EBITDA.
- (C) Rentabilidade.
- (D) Ponto de equilíbrio.
- (E) Margem de contribuição.

62 Na elaboração de relatórios analíticos, é comum a utilização de gráficos. O tipo de gráfico que possui os componentes corpo e pavio e o tipo de gráfico que possui os componentes bigode e *outliers* são, respectivamente, os gráficos

- (A) *Sankey* e Dispersão.
- (B) Rede e *Candlestick*.
- (C) *Candlestick* e *Boxplot*.
- (D) Dispersão e Rede.
- (E) *Sankey* e *Boxplot*.

63 No contexto do aprendizado de máquina supervisionado, considere a matriz de confusão.

Verdadeiro Negativo (VN)	Falso Positivo (FP)
Falso Negativo (FN)	Verdadeiro Positivo (VP)

A métrica *F1-score* pode ser calculada da seguinte forma:

- (A) $VP / (VP + FP)$
- (B) $VP / (VP + FN)$
- (C) $VN / (VN + FP)$
- (D) $(2*VP) / (2*VP + FP + FN)$
- (E) $(VN + VP) / (VN + VP + FN + FP)$

64 Um exemplo de algoritmo de aprendizado de máquina que tenta, por padrão, maximizar as verossimilhanças condicionais do treinamento é o

- (A) *Decision Tree*.
- (B) *Random Forest*.
- (C) *K-Nearest Neighbors*.
- (D) *Gradient Boosting*.
- (E) *Logistic Regression*.

65 Com relação às responsabilidades do *Product Owner* na metodologia *Scrum*, considere as afirmativas a seguir.

- I. Define a ordem de prioridade dos itens do *Product Backlog*.
- II. Define a complexidade dos itens da *Sprint*.
- III. Remove barreiras entre as partes interessadas e as equipes *Scrum*.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

66 Considerando o gráfico *burndown* utilizado em metodologias ágeis, se a linha real estiver acima da linha ideal, pode-se afirmar que

- (A) a complexidade das tarefas foi superestimada.
- (B) o time está atrasado na *sprint*.
- (C) o escopo da *sprint* está sendo reduzido.
- (D) o time está adiantado na *sprint*.
- (E) o projeto foi finalizado.

67 Na etapa de transformação dos dados no processo de descoberta de informação, a técnica que mapeia dados de alta cardinalidade em um espaço de dimensão inferior, de tal forma que a informação relevante para o problema de aprendizado seja preservada, é chamada de

- (A) *Embedding*.
- (B) *Hashed Feature*.
- (C) *Feature Cross*.
- (D) *Reframing*.
- (E) *Ensembles*.

68 Por padrão, na ferramenta Microsoft Power BI, a segurança em nível de linha restringe o acesso a dados apenas para usuários com permissão(ões) de

- (A) Visualizador e Colaborador.
- (B) Visualizador.
- (C) Colaborador.
- (D) Membro e Colaborador.
- (E) Membro.

69 Algoritmos de aprendizado de máquina podem ser classificados como paramétricos e não paramétricos. São exemplos de algoritmos não paramétricos

- (A) *Decision Tree* e linear SVM.
- (B) *Linear Discriminant Analysis* e *Logistic Regression*.
- (C) *Random Forest* e *K-Nearest Neighbors*.
- (D) *K-Nearest Neighbors* e *Linear SVM*.
- (E) *Random Forest* e *Linear Discriminant Analysis*

70 Ao executar o algoritmo Apriori, as seguintes regras associativas foram determinadas como relevantes:

{café, açúcar} => {leite} e {açúcar, trigo} => {leite}.

Considerando essas duas regras associativas relevantes, é verdade que

- (A) {leite, açúcar} deve ser um conjunto de itens frequente.
- (B) {café, açúcar, leite, trigo} deve ser um conjunto de itens frequente.
- (C) {leite} => {café, trigo} deve ser uma regra associativa relevante.
- (D) {café, açúcar} => {trigo} deve ser uma regra associativa relevante.
- (E) {café} => {trigo, leite} deve ser uma regra associativa relevante.

71 A Internet das Coisas (IoT) refere-se à integração de objetos físicos equipados com sensores, atuadores e conectividade à Internet, capazes de coletar, transmitir e processar dados automaticamente, sem a necessidade de intervenção humana direta. Na arquitetura clássica de um ecossistema IoT voltado para monitoramento em uma cidade, o componente responsável por realizar a agregação de dados locais de diversos sensores IoT de telemetria e servir de ponte de comunicação com a nuvem é o

- (A) Atuador.
- (B) Sensor IoT.
- (C) Middleware de Aplicação IoT.
- (D) IoT Gateway.
- (E) Servidor de nuvem.

72 Em um sistema de Internet das Coisas (IoT), a tecnologia de processar dados o mais próximo possível da fonte geradora (sensores), visando a reduzir a latência e o consumo de largura de banda para a nuvem, é conhecido como

- (A) Computação em nuvem ou Cloud Computing.
- (B) Análise de Big Data.
- (C) Computação na Borda ou Edge Computing.
- (D) Computação IoT.
- (E) Computação Centrada em IoT.

73 Em ecossistemas Internet das Coisas (IoT), o protocolo MQTT (*Message Queuing Telemetry Transport*) é amplamente adotado por apresentar vantagens técnicas claras frente a protocolos mais pesados e que exigem alta largura de banda. Com relação ao uso do MQTT no contexto de mobilidade urbana e IoT, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O MQTT é recomendado para ambientes com largura de banda limitada e enlaces instáveis, comuns em redes usadas por sensores/atuadores urbanos.
- II. O MQTT utiliza um broker central e o paradigma *publisher/subscriber*, eliminando a dependência direta entre produtores e consumidores de dados.
- III. O MQTT não oferece Qualidade de Serviço (QoS).

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - V; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

74 No que se refere aos conceitos fundamentais e à arquitetura de sistemas de Internet das Coisas (IoT), julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O IoT Gateway não deve ser usado em arquiteturas IoT que utilizam sensores de baixa potência e longo alcance.
- II. A arquitetura de IoT é dividida em três camadas básicas: Percepção (sensores/atuadores), Rede (transmissão) e Aplicação (interface com o usuário).
- III. Sensores de telemetria em frotas veiculares são considerados dispositivos de entrada, pois captam dados do mundo físico e os convertem em sinais digitais para processamento.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - V; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - V.
- (E) I - V; II - V; III - F.

75 Com relação à segurança e à privacidade em ambientes Internet das Coisas (IoT), julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O Privacy by Design é uma abordagem voltada para a proteção da privacidade e dos dados em todas as etapas do ciclo de vida dos dispositivos e serviços IoT.
- II. Um ataque de botnet em ambientes IoT só é possível quando os dispositivos estão conectados exclusivamente a redes cabeadas e utilizam protocolos criptográficos avançados.
- III. Devido à limitação de processamento e bateria, muitos dispositivos IoT utilizam criptografia leve (Lightweight Cryptography) em vez de algoritmos robustos.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - V; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

76 Em relação a sistemas de rastreamento veicular em tempo real que utilizam serviços de mapas digitais, como Google Maps ou Mapbox, a técnica que consiste em ajustar as coordenadas de GPS dos veículos à via mais plausível da malha viária é denominada

- (A) correspondência ao mapa (Map Matching).
- (B) geocodificação reversa (Reverse Geocoding).
- (C) geração de mapas de calor.
- (D) análise de zonas de influência (buffer).
- (E) aplicação de máscaras de camadas.

77 Soluções cartográficas são conjuntos de tecnologias, sistemas e métodos usados para criar, armazenar, atualizar, analisar e apresentar mapas e informações geográficas, permitindo a visualização e o entendimento do espaço geográfico. O sistema OpenStreetMap (OSM) distingue-se de soluções cartográficas proprietárias por

- (A) adotar um modelo de cobrança por volume de dados consumidos.
- (B) disponibilizar uma base cartográfica com dados abertos.
- (C) ser restrito a aplicações de órgãos governamentais.
- (D) utilizar exclusivamente imagens de satélite, sem representação vetorial.
- (E) não permitir qualquer tipo de análise relacionada ao tráfego.

78 Com relação ao uso de APIs de Mapas, por exemplo, Google Maps, OpenStreetMap e Mapbox, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. A API do Google Maps é a única que permite a visualização de imagens de satélite, sendo proibido o uso de raster em outras APIs como Mapbox ou Leaflet.
- II. Azulejos de Mapa (Map Tiles) são fragmentos de imagens (raster ou vetor) que permitem o carregamento eficiente e dinâmico do mapa conforme o usuário altera o zoom ou a posição.
- III. As APIs de mapas exigem que todas as operações de visualização e análise espacial sejam executadas exclusivamente no servidor do provedor, não sendo permitido qualquer processamento ou customização no lado do cliente.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - F; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

79 Em relação à análise de técnicas avançadas de Geoprocessamento aplicadas à logística, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O cálculo de rota mais curta em redes complexas utiliza predominantemente o algoritmo de Dijkstra ou suas variações, como o A* (A-star).
- II. Em aplicações logísticas, o geoprocessamento elimina completamente a necessidade de dados históricos de tráfego, pois os algoritmos de roteamento utilizam apenas a distância geométrica entre os pontos de origem e destino.
- III. A análise de "Isócronas" permite visualizar em um mapa todas as áreas que podem ser alcançadas a partir de um ponto em um determinado intervalo de tempo (ex.: 15 minutos).

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - F; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - V.

80 Em relação à integração de dados de GPS com sistemas de monitoramento, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. A integração de dados de GPS com sistemas de monitoramento dispensa completamente o uso de carimbo de tempo (timestamp), pois a posição geográfica isolada é suficiente para reconstruir a trajetória do veículo.
- II. A frequência de atualização (taxa de amostragem) dos dados de GPS não influencia na precisão do cálculo de distância percorrida pelo veículo.
- III. O processo de Map Matching é utilizado para corrigir o "desvio" das coordenadas de GPS, forçando o ponto do veículo a se alinhar geometricamente ao eixo da via no mapa digital.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - F; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

81 No contexto do processamento digital de imagens, a etapa de binarização, aplicada previamente ao Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), tem como principal finalidade

- (A) ampliar a resolução espacial da imagem por técnicas de interpolação.
- (B) aumentar a resolução espacial da imagem, melhorando a nitidez dos caracteres.
- (C) discriminar os elementos de interesse (texto) do fundo da imagem por meio da definição de um limiar.
- (D) aplicar cores à imagem para realçar as letras.
- (E) reduzir o tamanho do arquivo para transmissão em ambientes de rede.

82 Com relação aos fundamentos de visão computacional e técnicas de processamento, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O filtro de média é uma técnica de suavização linear utilizada para reduzir o ruído de forma mais eficaz que o filtro de mediana.
- II. O histograma de uma imagem fornece informações espaciais sobre a localização dos objetos na cena.
- III. Algoritmos de detecção de bordas, como o Canny, baseiam-se na análise do gradiente de intensidade da imagem para identificar discontinuidades que caracterizam bordas.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
- (B) I - F; II - F; III - V.
- (C) I - V; II - F; III - F.
- (D) I - F; II - V; III - F.
- (E) I - V; II - V; III - F.

83 No que diz respeito aos desafios em ambientes reais (iluminação, ângulo e ruído), julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O fenômeno de motion blur (borrão de movimento) ocorre quando a velocidade do obturador da câmera é muito lenta em relação à velocidade do objeto monitorado.
- II. A distorção de perspectiva causada pelo ângulo lateral da câmera pode ser corrigida matematicamente através de uma Transformação Homográfica.
- III. O ruído térmico em sensores CMOS tende a diminuir conforme a temperatura do dispositivo aumenta em ambientes externos.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
(B) I - F; II - F; III - V.
(C) I - V; II - F; III - F.
(D) I - F; II - V; III - F.
(E) I - V; II - V; III - F.

84 No que diz respeito ao uso de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) para a leitura automática de placas, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. O padrão de placas de veículos, que utiliza uma combinação de letras e números sem posição fixa, foi planejado para facilitar o trabalho dos motores de OCR baseados em modelos estatísticos rígidos.
- II. A normalização de iluminação através da equalização de histograma ajuda a mitigar falhas de leitura causadas por sombras intensas sobre a placa.
- III. Em sistemas de Reconhecimento de Placas de Licenciamento, a "Localização da Placa" é a etapa que deve ocorrer obrigatoriamente após o reconhecimento de cada caractere.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
(B) I - F; II - F; III - V.
(C) I - V; II - F; III - F.
(D) I - F; II - V; III - F.
(E) I - V; II - V; III - F.

85 Com relação à segmentação de objetos e caracteres, julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das afirmativas a seguir.

- I. No processo de leitura de placas de veículos, a segmentação falha frequentemente quando os caracteres estão "tocando" uns aos outros devido a baixas resoluções ou borrões.
- II. A segmentação por "Crescimento de Regiões" (Region Growing) agrupa pixels vizinhos com propriedades semelhantes (como cor ou intensidade) para isolar objetos.
- III. A segmentação de caracteres torna-se mais precisa quando aplicada diretamente sobre imagens coloridas, sem qualquer etapa prévia de conversão para tons de cinza ou binarização, pois a presença de múltiplos canais sempre reduz ambiguidades.

A sequência correta é

- (A) I - V; II - F; III - V.
(B) I - F; II - F; III - V.
(C) I - V; II - F; III - F.
(D) I - F; II - V; III - F.
(E) I - V; II - V; III - F.